

SOCIOAMBIENTALISMO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: o caso do Acre

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior¹

RESUMO

O trabalho recupera a trajetória das propostas ambientais implementadas pelo Governo do Acre, nos mandatos iniciados em 1999 e em 2003, assim como, a trajetória do conjunto de atores que participaram de sua viabilização eleitoral e/ou sustentam sua efetivação, com destaque para os movimentos sindical, popular e ambiental. Examina a relação existente entre as políticas socioambientais do Governo estadual e a história de organização e luta popular no Acre e entre essas políticas e projetos de desenvolvimento regional que contribuem para que haja uma inversão dos modelos de desenvolvimento implantados no Acre e na Amazônia. Assumiu como referência teórica o debate acadêmico sobre modernidade, procurando entender a relação da realidade local com dilemas e desafios do mundo moderno.

Palavras-chaves: Acre. Modernidade. Ofensivas modernizadoras.

1 INTRODUÇÃO

O Estado do Acre localiza-se no extremo ocidental da Amazônia brasileira e faz fronteira com a Bolívia e o Peru. Na segunda metade do séc. XIX, foi ocupado por brasileiros e, na primeira década do séc. XX, incorporado definitivamente ao território nacional do Brasil. A Região Amazônica é cada vez mais representada como estratégica, pois abriga a maior floresta tropical do mundo e é alvo de interesses relativos, por um lado, à exploração de seus recursos naturais, incluindo-se a extraordinária biodiversidade, e, por outro, à manutenção do ameaçado equilíbrio ambiental do planeta. Assim, nas últimas décadas, tem sido marcada por políticas de desenvolvimento regional e ambientais — às vezes complementares, quase sempre contraditórias entre si — implementadas pelas várias instâncias do Estado, em aliança ou não com o capital privado; com apoio técnico e financeiro ou não de grandes agências internacionais de cooperação tem contado ou não com a participação de movimentos sociais e sindicais e de organizações não- governamentais.

Partindo-se de um breve resgate do processo de ocupação e incorporação do território acreano, o foco deste artigo dirige-se para as políticas socioambientais implementadas pelo Governo acreano, desde 1999,

¹ Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão e Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro

destacando a discussão sobre a preservação da floresta amazônica e considerando a existência de agrupamentos humanos em seu interior e as possibilidades de relacionamento entre atividades produtivas e de sobrevivência destes agrupamentos e a preservação ambiental.

A ocupação e incorporação do Acre aconteceu, desde o início, em profunda articulação com os centros mais dinâmicos de construção do mundo moderno², pois correspondia a interesses nele gerados, à medida que alimentava esses centros de matéria-prima fundamental para sua dinamicidade, e recebia dos mesmos as condições indispensáveis para sua realização. Desta forma, ao contrário de grande parte das interpretações construídas sobre o Acre e a Amazônia, como sendo *locus* do pré-moderno, do atraso ou do arcaico, neste texto parte-se de uma leitura da região como parte integrante do mundo moderno e fruto de uma brutal dialética entre o local e o global.

2 A EMPRESA SERINGALISTA

O primeiro momento da ocupação da região ocidental da Amazônia brasileira e do Acre, em particular, em meados do século XIX, está diretamente vinculado à implantação da empresa seringalista na Amazônia. Este empreendimento visava a exploração do látex da seringa, matéria-prima para a produção da borracha, indispensável para a crescente industrialização que se desenvolvia na Europa e nos EUA. Essa ocupação aconteceu, portanto, a partir da necessidade de um empreendimento eminentemente moderno e, desde seus primórdios, é marcada por laços com o mundo moderno.

Em busca da seringueira (*Havea brasiliensis*), na segunda metade do século XIX, brasileiros oriundos, principalmente do Amazonas, do Pará, do Ceará e de outros Estados do Nordeste, gradualmente embrenham-se por afluentes do Rio Amazonas, até ocuparem todas as vertentes dos Rios Juruá, Purus, Acre, Iaco (Cf. DUARTE, 1987, p. 11), atingindo a região que hoje forma o Estado do Acre. Na Amazônia Ocidental foi encontrada a maior concentração de seringueiras de alta qualidade e, portanto, constituía-se na mais promissora base amazônica para a empresa seringalista (Cf. ALMEIDA, 1992, p. 11). Sob o patrocínio de casas comerciais de Manaus e Belém, interessadas em afirmarem-se como entrepostos no comércio internacional da borracha, foi promovido um extraordinário deslocamento de trabalhadores destinados ao trabalho de extração do látex, passados a ser conhecidos como seringueiros.

O monumental deslocamento de grandes quantidades de trabalhadores em tão curto espaço de tempo e em condições tão adversas

² Para o debate sobre o mundo moderno e modernidade confira-se Bauman, 1999 e 1998; Bendix, 1996; Berman, 1986; Domingues, 1993, 1996, 1999a, 1999b; Eisenstadt, 1987; Giddens, 1989, 1991, 1995, 1996; Morse, 1988; Wagner, 1994. Este debate está condensado em Sant'Ana Júnior, 2002.

quanto aquelas dominantes na realidade amazônica; as conquistas de novos territórios com a expulsão, assimilação ou eliminação da população local; o transporte dos equipamentos e mercadorias necessários para implantação e funcionamento da empresa seringalista e para garantir condições de sobrevivência para aqueles nela envolvidos, assim como o fluxo da produção dos seringais até as modernas indústrias europeias e norte-americanas e de mercadorias necessárias à implantação e manutenção da empresa seringalista até o interior da floresta, tudo isto somente foi possível graças à mobilização de modernos recursos tecnológicos e administrativos dentre os mais avançados da época a exemplo, dos meios de navegação fluvial e marítimo mais modernos de então; da utilização de alimentos enlatados, de remédios industrializados e equipamentos bélicos avançados; de relações financeiras e comerciais internacionais implantadas segundo os princípios mais modernos de administração. Enfim, pode-se afirmar que somente em função das necessidades do mundo moderno e das condições tecnológicas e administrativas, geradas por este mesmo mundo, é que foi possível a implantação de empreendimentos tão vultosos quanto à empresa seringalista amazônica³.

Esses imigrantes se veem colocados em um novo contexto social e sob relações de trabalho que lhes são impingidas a partir de diferentes iniciativas de vários agentes sociais, que podem ser localizados desde na Europa (industriais), passando por Belém e Manaus (casas comerciais), chegando aos próprios seringais em implantação (seringalistas e seus prepostos). A partir da iniciativa desses agentes, na Amazônia brasileira começa a ser implantada uma nova faceta da modernidade, diferenciada daquela presente em seus núcleos difusores. A produção da borracha no Acre, assim como em toda a Amazônia, aconteceu a partir do já bastante estudado sistema “de aviamento” (Cf. ALMEIDA, 1992; CUNHA, 1946 e 1994, PAULA, 1991; TOCANTINS, 1979), que em linhas gerais

*[...] consistia na manutenção da dependência do produtor direto, no caso o seringueiro, através do fornecimento, a crédito, de bens de consumo e instrumentos de trabalho, O seringueiro ficava obrigado a vender sua produção ao **barracão** do seringalista (dono do seringal) que lhe aviava (fornecia) as mercadorias de que necessitava (DUARTE, 1987, p. 19).*

Ao ser instalado em sua colocação (unidade individualizada de produção de borracha no interior da floresta) o seringueiro já tinha dívidas para com o ‘patrão’, relacionadas ao seu transporte e às primeiras mercadorias que lhe foram aviadas para o início do trabalho. Estas dívidas dificilmente eram

³ Essa percepção é inspirada na análise que Bauman faz das condições materiais e administrativas criadas pela modernidade para a emergência do holocausto (Cf. Bauman, 1998).

saldadas, pois a elas sempre eram acrescentadas novas fontes de débitos, graças à manipulação do peso da borracha e das contas relativas às despesas no barracão, já que a grande maioria dos seringueiros era analfabeta, tomando a produção sempre insuficiente para suprir as dívidas já empenhadas. Para garantir o sistema, os seringueiros eram mantidos sob estrita vigilância, através de capangas contratados para este fim, e severamente castigados ou mortos, nas tentativas de fuga ou de burla do estabelecido (Cf. ALMEIDA, 1992, p. 20-26; DUARTE, 1987, p. 23- 24; FRANCO, 1994, p. 190-191; PAULA, 1991, p. 36-39). Portanto, um empreendimento impulsionado a partir de interesses e necessidades do mundo moderno e do empenho de agentes que, em uma primeira instância — a indústria europeia - faziam parte no núcleo gerador deste mundo. Ele ao invés de promover autonomia e liberdade, recria relações sociais e de trabalho que são instrumentos de cerceamento e constrangimento (Cf. DOMINGUES, 1993 e 1996; WAGNER, 1994). Antes de serem consideradas como pré-modernas ou pré-capitalistas, essas relações devem ser tomadas como elementos que permitem repensar o conceito dominante de modernidade, já que são um produto desta mesma modernidade.

Esses trabalhadores constituíram-se posteriormente nas bases para o enfrentamento aos caucheiros peruanos na região do Alto Juruá e Alto Purus e dos bolivianos, interessados na exploração da seringa nos vales dos rios Purus e Acre (Cf. PAULA, 1991, p. 31 e DUARTE, 1987, p. 11-15). Esse conjunto de enfrentamentos, principalmente com relação à Bolívia, veio a ser conhecido como Revolução Acreana, e garantiu a posse do Brasil sobre o território, sendo ainda hoje fonte do forte sentimento regionalista que marca o Estado, principalmente na Região dos Rios Acre e Purus (centro do conflito)⁴. A disputa com a Bolívia somente foi resolvida através do Tratado de Petrópolis, assinado em 1903; qual anexou definitivamente a área ao Brasil (Cf. DUARTE, 1987, p. 15). No entanto, as disputas pelo território não terminam aí. Como o governo peruano reivindicava as áreas do Alto Purus e Alto Juruá, os conflitos estenderam-se até 1909, quando Brasil e Peru assinaram um tratado que pôs fim às demandas por fronteiras no Acre (Cf. DUARTE, 1987, p. 15).

A empresa seringalista implantou-se definitivamente e obteve grande rentabilidade até a década de 1910. A partir desta época, a região amazônica passou a contar com a concorrência dos seringais de cultivo implantados no Sudeste Asiático, por ingleses que, contrabandeando mudas de *Hevea brasiliensis*, plantaram-nas de forma racional e passaram a utilizar novas tecnologias para a extração e beneficiamento do látex, o que permitiu rentabilidade muito maior e sensível redução nos custos de produção. Essa concorrência provocou a primeira crise da empresa seringalista amazônica e uma grande desarticulação dos seringais e do controle sobre os seringueiros

⁴ Uma descrição mais detalhada da Revolução Acreana pode ser encontrada em Duarte, 1987, p. 11-15.

(Cf. ALMEIDA, 1992, p. 3 1-44; DUARTE, 1987, p. 16-18; PAULA, 1991, p. 40-44).

Com a II Guerra Mundial, e a invasão do Sudeste Asiático pelo Japão, o fluxo da borracha de cultivo para o Ocidente foi gravemente comprometido e novo impulso à empresa seringalista amazônica foi alavancado, principalmente a partir de interesses e iniciativas dos EUA. Como parte do esforço de guerra, novos contingentes de trabalhadores, recrutados para formar o “exército da borracha”, são levados para a Amazônia, e a economia acreana cobrou novo crescimento. As relações de trabalho e produção anteriores sofrem alterações quanto ao seu aspecto legal, pois passam a contar com urna legislação que as contemple e que prevê algumas garantias para os trabalhadores. No entanto, na prática, a falta de fiscalização e baixo nível de organização dos seringueiros para conhecimento e defesa de seus direitos, faz com as velhas relações de trabalho sejam mantidas.

A despeito dos órgãos administrativos e financeiros criados pelo Governo federal para garantir o novo fôlego à exploração da borracha amazônica, da introdução de novas técnicas de produção e do apoio internacional obtido, pois os EUA eram o grande interessado no aumento da produção da borracha brasileira, esse fôlego durou pouco. As metas de produção não foram alcançadas e, passada a Guerra, os incentivos diminuíram e nova crise tomou conta da empresa seringalista (Cf. ALMEIDA, 1992, p. 45-67; DUARTE, 1987, p. 18-19, 28-29; PAULA, 1991, p. 45-55).

Durante todo o período que vai de meados do século XIX até meados do século XX, no qual predomina a empresa seringalista, os momentos de ascensão e crise são determinados por dinâmicas externas à região, isto é, por interesses originados nos centros industriais e pelos contextos nos quais estão envolvidos. No Acre, a última crise na produção da borracha leva a uma certa estagnação da economia, que só encontrará um desenlace nos primórdios da década de 1970.

Para os seringueiros, contudo, essas sucessivas crises na produção da borracha natural representaram momentos de menor vigilância dos patrões sobre suas atividades produtivas, ou mesmo de total abandono dos seringais por parte de seus detentores. Essa situação permitiu certa diversificação da produção, através da agricultura de sobrevivência, caça de animais para extração de pele e coleta da castanha do Pará, além de um maior conhecimento e apropriação dos recursos naturais para a medicina, alimentação, abrigo e artesanato. Em várias localidades, o barracão deixou de ser o único canal de comercialização da produção, e abriu-se espaço para os “regatões”, comerciantes que navegam pelos rios e igarapés vendendo mercadorias e comprando a produção local, o que garantiu certo relaxamento no sistema de aviamento, que até então imperava e, conseqüentemente, certa

diluição do monopólio de dominação exercido pelo seringalista, assim como uma diversificação das lealdades devidas pelos seringueiros. Mauro Almeida insiste que os momentos de crise da empresa seringalista foram importantes para a formação de um campesinato florestal, que consegue obter formas de sobrevivência e reprodução adaptadas às condições ambientais nas quais estava inserido. Cristina Wolff destaca que a articulação de valores e conhecimentos trazidos de suas regiões natais com aqueles dos nativos locais levou à constituição de novos arranjos culturais, que se afirmam no correr do século XX, configurando novas identidades, agora, amazônicas (Cf. ALMEIDA, 1992; WOLFF, 1999). Assim como em outras regiões do país, a falência de algum modelo de monocultura leva ao abandono de grandes áreas no campo por parte dos detentores das iniciativas produtivas, permitindo que os trabalhadores permaneçam na terra, criem formas alternativas de produção e sobrevivência, normalmente menos agressivas ambientalmente, e constituam o que alguns estudiosos e a legislação brasileira tem denominado de populações tradicionais (Cf. ALMEIDA; CUNHA, 2001; WOLFF, 1999).

3 O DESENVOLVIMENTO NA PATA DO BOI

A partir de 1964, no Brasil, é instalada uma ditadura militar. Os militares assumem um discurso que, concebendo o Brasil como o “país do futuro”, passa a defender uma atuação modernizadora do Estado e implementam uma política econômica definida por alguns autores como *modernização conservadora*, pois grande parte de seus esforços foi no sentido de promover o processo de modernização da economia brasileira, contudo, uma modernização imposta de cima, sem participação popular e excludente tanto em termos de classes e grupos sociais, quanto em termos regionais. Enfim: tratava-se de um processo de industrialização acelerada (que efetivamente consolida a formação de um dos maiores parques industriais mundo), marcado por profundas desigualdades econômicas, sociais e regionais.

Com relação à Amazônia, esse discurso incorpora a proposta de integração das suas amplas faixas de terras, vistas como imensos “vazios” demográficos, ao desenvolvimento nacional. Isto significava que a ação governamental se baseava na possibilidade de controle racional sobre a, até então, indomável floresta. Se no primeiro momento de ocupação da região, em especial nas áreas de exploração da borracha e outras formas de extrativismo, a atividade humana havia, em grande medida, se adaptado às condições impostas pela natureza; nesse segundo momento, o sinal é invertido, e a crença no poderio de controle racional sobre esta mesma natureza passa a ser um componente fundamental do imaginário que impulsiona as políticas voltadas para a Amazônia.

Assim, os generais no governo voltam-se para a imensa região amazônica a partir da perspectiva da integração nacional. A Floresta Amazônica é vista como a última fronteira brasileira a ser desbravada; como um imenso território selvagem, despovoado, rico, com grandes potencialidades econômicas, a ser ocupado, dominado e transformado em produtor de riquezas e fornecedor de matéria- prima e alimentos para a plena industrialização, principalmente, da Região Sudeste do país. Além disso, os militares no governo acalentavam a possibilidade de deslocamento de grande parte de camponeses que ficaram sem terra no Sul e Sudeste, em função da gritante concentração agrária que marcava estas regiões, e no Nordeste, em função da recorrente manipulação dos efeitos da seca, por parte do grande latifúndio, o que era visto como forma de aliviar as tensões que marcavam as relações no campo, sem alterar a estrutura fundiária vigente.

Deste modo, visando ocupar e integrar a Amazônia ao desenvolvimento nacional, o regime militar implementa uma série de medidas como a execução de obras de infraestrutura (estradas e hidrelétricas), a promoção e incentivo de deslocamento de trabalhadores rurais para projetos de colonização e, principalmente, a instituição de incentivos fiscais para instalação de grandes projetos privados voltados para agropecuária, mineração ou atividade madeireira, sendo que, grande parte dos mesmos resultou em um processo violento de especulação imobiliária.

Essas iniciativas do governo central redundaram em reações locais, tanto em nível dos governos estaduais que, de uma forma ou outra, buscavam adequar-se às diretrizes nacionais, quanto dos movimentos sociais, que passam a se articular-se em função das consequências sofridas pelo brutal processo de modernização que vai se implantando a partir de iniciativas externas à região e alterando formas de organização da vida e destruindo culturas até mesmo milenares, como as indígenas que, em grande parte, são incorporadas à força ou dizimadas.

Na década de 1970, o Acre (que havia permanecido como Território Federal até 1962) tinha, como os demais Estados brasileiros, um Governo escolhido de forma indireta e afinado com as diretrizes políticas e administrativas do Governo Federal. O governo Francisco Wanderley Dantas (1971-75) implementou uma campanha intensiva de propaganda no centro-sul do país, visando estimular empresários e fazendeiros a comprarem terras na região, anunciadas como baratas e contando com garantias de isenção fiscal (Cf. DUARTE, 1987, p. 55-58). O objetivo do Governo era o de diversificar a economia acreana, através da implantação de empresas agropecuárias. Segundo Viana e Alves,

De 1970 a 1974, foram vendidos 5 milhões de hectares, um terço do Acre, para empresas e pessoas do centro sul do país, algumas com o

objetivo de instalar fazendas de gado, outras de mera especulação imobiliária (VIANA; ALVES, 1991, p. 04).

Esse novo momento de ocupação do Acre é marcado por novos objetivos e imagens. Agora o discurso justificador da ocupação assume feições efetivamente modernizadoras, partindo da perspectiva que desqualifica as práticas sociais locais, relegando-as para o campo do tradicional e arcaico, e busca impor novas dinâmicas sociais, mais aproximadas de uma dada significação imaginária da modernidade (Cf. DOMINGUES, 1993 e 1996; WAGNER, 1994) e voltadas para atender às novas exigências do mercado que se difunde cada vez mais, exigindo novos conjuntos de respostas das populações por ele atingidas. Desta forma, se podemos falar de modernidade acreana, ou amazônica, devemos reconhecer que os anos 1970 marcaram o início de uma nova fase nessa modernidade, com novos conjuntos de agentes sociais, locais e externos, interferindo em suas dinâmicas.

No Acre, a ação estatal de ocupação modernizadora das terras a ser realizada através do incentivo à implantação da pecuária extensiva pelos “paulistas”, que é como ficaram sendo chamados os novos proprietários de terras que chegavam de fora (Cf. DUARTE, 1987, p. 55), aconteceu em clima de forte conflito social. Os velhos seringais, abandonados ou pouco explorados diretamente por seus proprietários, continuavam sendo ocupados por seringueiros, que garantiam, aí, sua sobrevivência. A implantação da agropecuária exigia que a ação de “limpeza da área”, como se dizia na época (Cf. PAULA, 1991, p. 77), o que implicava necessariamente a derrubada da floresta e a expulsão daqueles que a estavam habitando. Isto não aconteceu de forma pacífica e intensos conflitos foram detonados.

O primeiro tipo de solução encontrado pelos governos locais, para esses conflitos e para acomodação das levas de seringueiros que resistiam à expulsão das florestas, foi a implantação de programas de assentamentos rurais, o que cedo se revelou uma solução ineficaz, pois exigiam uma completa mudança nos hábitos dos assentados, que de extrativistas deveriam passar a agricultores. Contudo, deve-se ressaltar que nesses mesmos assentamentos foram instalados migrantes trazidos do sul do país, atendendo à perspectiva do Governo Federal de amenizar os conflitos de terra em suas regiões de origem. Estes imigrantes, somados aos seringueiros que não abandonaram as terras onde foram instalados, passaram a formar uma nova categoria de trabalhadores no campo, denominados localmente de “colonos”, complexificando a estrutura social acreana.

Apesar das condições marcadamente adversas, os seringueiros, contando com o apoio da Igreja Católica, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG -, partidos políticos de esquerda, profissionais liberais e intelectuais, organizaram um movimento de luta pela garantia de seus direitos que, através das Comunidades Eclesiais de Base -

CEBs —, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da formação do Conselho Nacional de Seringueiros — CNS, em 1985 (Cf. DUARTE, 1987, p. 106-117; PAULA, 1991, p. 154-186, 205-242). Esse movimento alcançou uma grande capacidade de organização interna, de mobilização da categoria, de formulação de propostas, de articulação com outros setores sociais, de obtenção de conquistas e de expressiva visibilidade nacional e internacional (Cf. ESTEVES, 1999, p. 175).

Pode-se reconhecer na reação desses grupos às “ofensivas modernizadoras” implementadas pelo Governo, grupos empresariais e fazendeiros, portanto, “vindas de cima”, um conjunto de iniciativas típicas de uma “ofensiva modernizadora vinda de baixo”, pois se caracterizam por resistir aos constrangimentos e exclusões efetivadas pelos “agentes modernizadores” (Cf. DOMINGUES, 1993 e 1996; WAGNER, 1994).

O movimento de seringueiros, ao insurgir-se contra os desmatamentos necessários para implantação da pecuária extensiva, nos moldes propugnados pelas políticas oficiais, e necessários também para especulação imobiliária que surgiu no encalço dessas políticas, buscava garantir a manutenção das condições da reprodução social e econômica da categoria, evitando a expulsão da terra, que era resultante da “limpeza da área” promovida por pecuaristas e especuladores. A luta contra os desmatamentos, mesmo que inicialmente de forma não intencional, acabou constituindo-se em um apelo forte de preservação ambiental o que redundou numa aproximação cada vez maior com os movimentos ambientalistas que se fortaleciam em todo o mundo na década de 1970.

O Acre constituiu-se em palco de acirradas lutas, resultantes da determinação dos seringueiros de permanecer na floresta através da promoção dos “empates”, nome que deram à forma de resistência e de luta que implementavam com o fito de desmobilizar os desmatamentos. Esses “empates” tornaram-se emblemáticos na defesa da floresta e, na busca de ampliar suas alianças e conseguir apoio externo para suas reivindicações, os seringueiros acreanos assumiram o discurso ambientalista, trazendo a questão ambiental para o cerne da luta travada no Estado. Segundo Osmarino Amâncio, líder sindical e do movimento de seringueiros,

[...] quando esse movimento surgiu, agente não sabia o que era essa história de ecologia, essa história de defender o meio ambiente. Ai nós descobrimos que os ambientalistas e os ecologistas estavam querendo uma coisa, porque eles explicavam prá gente que se a mata fosse desmatada ia aumentar a temperatura, o que eles chamam de efeito estufa. Tinha uma camada de gelo acumulada não sei onde e se o efeito estufa aumentasse a camada de gelo ia se dissolver e as cidades na beira-mar iam ficar debaixo d'água, iam sumir, o mar ia subir 12 a 14 metros, o sol... tinha um buraco na camada de ozônio. A gente nem sabia o que diabo era isso, essas coisas. Eles vinham falando essas coisas e a gente mandava depois

eles trocaram em miúdo, prá gente, o que que era isso... Então esse pessoal veio e aí a gente passou a ir descobrindo que eles eram os aliados importantes. Porque a nossa briga aqui era pela reforma agrária. Agente queria o direito de ficar na terra (Entrevista realizada em 05/08/ 1999)

O modelo de desenvolvimento econômico para o Acre, proposto a partir dos governos militares, enfrenta uma oposição que, ao aliar-se com o crescente movimento ambientalista, assume um caráter cada vez mais propositivo e começa a elaborar alternativas de desenvolvimento que incluam o extrativismo, a qualidade de vida dos extrativistas, assim como que contemplem a preservação ambiental.

Enfrentamentos constantes, conflitos, “empates”, mortes e perseguições intensas, levaram os seringueiros à re-significar sua identidade, então ligada ao empreendimento seringalista decadente e, portanto, desvalorizada. Procuram, então, relacioná-la, cada vez mais, com a defesa da floresta, apresentando-se como “guardiões da floresta” (Cf. ESTEVES, 1999, p. 231-238), de forma que permitiu uma rápida articulação com movimentos ambientalistas e sociais locais, nacionais e internacionais, conseguindo uma reunião de forças e um acúmulo de reflexões tais, que além de formular a proposta das Reservas Extrativistas, ainda obtiveram sua criação legal no final do governo Sarney, através do Decreto Presidencial nº 98.897 de 30 de janeiro de 1990 (Cf. PAULA, 1998, p. 218-226) e hoje enfrentam os desafios próprios de qualquer iniciativa inovadora, buscando garantir as condições para sua consolidação (Cf. PINTON; AUBERTIN, 1997, p. 268-283; FRANCO, 1996, p. 50). A crescente articulação entre movimentos ambientais e sociais provocou a emergência de novas práticas e conceitos nesses mesmos movimentos, permitindo a emergência do que hoje vem sendo chamado de socioambientalismo.

As políticas calcadas na implantação da pecuária extensiva cedo mostraram-se inviáveis. De um lado, em função da resistência empreendida pelos seringueiros e, de outro, por dificuldades para viabilização dos empreendimentos, que iam desde as características do solo, clima, vegetação, passando pelas distancias com relação aos grandes centros consumidores e incluindo as deficiências das redes de transporte. Já no início da década de 1980, com o objetivo de obter legitimidade externa e financiamentos, os sucessivos governos foram assumindo discursos que passaram a incorporar a temática da preservação ambiental como um elemento chave na elaboração de propostas de desenvolvimento regional, mesmos que esta temática fosse incorporada somente ao nível de discurso e as políticas governamentais efetivamente implementadas continuassem a ter um caráter predominantemente predatório (Cf. SILVA, 1998).

Em 04 de outubro de 1998, reunindo um conjunto de 12 partidos, a coligação Frente Popular conseguiu vencer, no primeiro turno, as eleições para

o executivo estadual no Acre, com 57,7% dos votos. Encabeçada pelo petista Jorge Viana e tendo Edson Cadaxo, do PSDB, como candidato a vice-governador a coligação derrotou Alécio Dias — PFL (26,3% dos votos) e Francisco Brígido da Costa — PMDB (14,7% dos votos), que representavam os grupos políticos que tradicionalmente se revezavam no governo estadual e assumiam os principais cargos eleitorais do Estado, além de Duarte José do Couto Neto — PRONA, que obteve apenas 1,3% dos votos. Jorge Viana tomou posse no seu primeiro mandato à frente do Governo Estadual em 10 de janeiro de 1999.

A expressiva vitória obtida pela Frente Popular nas eleições de 1998 que, mesmo reunindo um conjunto vasto de partidos políticos e forças sociais variadas, era comandada pelo Partido dos Trabalhadores, permitiu que assumisse o comando do Governo estadual pessoas e forças políticas que se dizem herdeiros das lutas dos seringueiros, na medida que se constata que o Partido dos Trabalhadores no Acre, à semelhança de outras regiões do país, tem sua origem imbricada historicamente com a atuação da Igreja Católica e da organização dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que, à época, encontravam nos seringueiros sua principal base social. Segundo Marcos Inácio Fernandes,

É a partir dos sindicatos rurais e das comunidades de base, tanto da área rural como da urbana, que se começa a tecer o encaminhamento para a formação do PT no Estado... Era comum, no período, um grupo de pessoas num mesmo espaço físico realizarem, sucessivamente, uma reunião de 'evangelização' outra para tratar dos assuntos do sindicalismo e, logo em seguida, uma outra para discutir a organização do PT (FERNANDES, 1999, p. 62).

Sendo um partido que, desde sua origem, se colocou como oposição às práticas políticas e administrativas dos governos e elites locais e nacionais e aos partidos que as encarnavam, o PT acreano, em conjunto com o movimento de seringueiros, enfrentou uma situação em que o confronto direto com tais partidos e com setores sociais que os compunham era cotidiano, chegando à violência física e tendo várias de suas principais lideranças assassinadas.

Com a posse do novo Governador, os termos conservação ambiental⁵ e povos da floresta (índios, seringueiros, ribeirinhos), passam a constituir-se em presença constante no discurso governamental. Logo no início do mandato, algumas medidas concretas foram tomadas, com a finalidade de sinalizar claramente as posições socioambientais do novo Governo.

⁵ Mantenho, aqui, a distinção feita no âmbito do movimento ambientalista entre conservação ambiental, que indica a exploração sustentável de recursos naturais, buscando formas de garantir sua reprodução para o futuro e considerando a presença humana no ambiente; e preservação ambiental, que indica deixar o meio ambiente intocado, sem atividades produtivas (entrevista com Myrian Jacqueline Villarreal, Coordenadora Geral do PESACRE - Grupo de Pesquisas e Extensão em Sistemas A5ro—Florestais do Acre, realizada em 05/12/2000).

O neologismo **florestania** foi assumido como um sucedâneo para cidadania, adequado às populações que vivem na floresta, e indicando que a preservação da floresta associada à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes é o eixo fundamental da ação governamental. O slogan Governo da Floresta foi adotado, compondo o logotipo do Governo, que também é formado por uma representação gráfica de uma castanheira e serve para identificar os prédios, publicações, obras e demais elementos de presença pública governamental. Segundo Toinho Alves⁶, “Governo da Floresta é símbolo de que esse núcleo dos herdeiros da luta dos povos da floresta é o núcleo de maior densidade no interior desse Governo” (entrevista realizada em 05/12/2000).

No organograma de Governo, visando dar um sinal deste compromisso, segundo Carlos Vicente⁷, foi criada a Secretaria Executiva de Floresta e Extrativismo, como um dos instrumentos para garantir que se efetivasse a desejada mudança no vetor de desenvolvimento do Estado, agora voltado para a exploração racional dos recursos naturais. O Secretário Executivo de Floresta e Extrativismo afirma que

Nunca houve na estrutura do Estado nenhuma instituição que estudasse estratégias para trabalhar as áreas florestais. A Secretaria de Floresta foi criada para que o Estado se oriente para a floresta, para produzir políticas públicas para 90% de seu território, que até então era visto como empecilho para o desenvolvimento (entrevista realizada em 12/12/2000).

Analisando-se as motivações para reestruturação do organograma do Governo e, especialmente, a criação da Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo, Prof. Angelim⁸ argumenta que:

O Governo parte do diagnóstico de que o modelo de desenvolvimento anterior levou a perda de milhões de dólares na exportação de madeira em taras e deque a falta de incentivo levou a queda assustadora da produção de borracha, provocando êxodo das florestas, com as famílias de seringueiros vindo para as periferias das cidades, provocando marginalização, prostituição e alcoolismo de seus membros e o aumento da violência urbana. Ao assumir, o Governo provocou um rearranjo da estrutura organizacional do Estado, criou a Secretaria de Florestas e Extrativismo, voltada exclusivamente para o setor extrativista... A Secretaria de Extrativismo não é a mais importante, mas tem a função de resgatar o extrativismo, que faz parte da história do Acre, implantando a florestania (entrevista realizada em 23/11/2000).

⁶ No primeiro mandato estadual de Jorge Viana, Antônio Alves Leitão Neto era o Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, órgão do Governo Estadual do Acre.

⁷ Carlos Antonio Vicente Rocha, à época da entrevista, era Secretário Executivo de Floresta e Extrativismo.

⁸ Raimundo Angelim Vasconcelos é conhecido popularmente como Prof. Angelim. A época da entrevista, era Chefe do Gabinete Civil do Governo Estadual e professor de Economia da Universidade Federal do Acre.

Paralelamente à implementação do novo organograma, o Governo definiu ser necessário obter um diagnóstico e análise aprofundados da situação social, econômica, territorial, ambiental, biológica, do Acre, os quais norteassem o planejamento e a execução de políticas públicas. Assim, logo no início da gestão, procurou realizar o ZEE (Zoneamento Econômico-Ecológico)⁹. Ademais, desde 1990, através do Decreto Presidencial nº 99.540, estava prevista a realização do ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional), como um instrumento para gestão territorial. O decreto previa que os trabalhos de ZEE seriam executados pelo Governo Federal, ao nível macrorregional, e pelos Estados, ao nível mais detalhado. Definiu, ainda, a Amazônia Legal como área prioritária para realização do ZEE.

Segundo Maria Janete Sousa dos Santos, coordenadora do GTS/ZEE/AC (Grupo Técnico de Sistematização do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre), o novo governador, quando assumiu, priorizou o Zoneamento como instrumento de ordenamento territorial do Estado e determinou que qualquer política de Governo deveria utilizá-lo como subsídio. Em abril de 1999, foi criado e lançado o ZEE/AC (Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre) e foi criada a CEZEE (Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico), composta por oito câmaras setoriais, envolvendo os mais variados setores da sociedade organizada. No início de 2000, após um amplo processo de pesquisa e discussão pública dos resultados alcançados, foram publicados os três volumes resultantes da primeira fase do ZEE/AC (entrevista realizada em 07/12/2000).

Ainda entre as primeiras medidas de Governo, foi enviado para a Assembleia Legislativa, em 13/01/1999, um Projeto de Lei, denominada Lei Chico Mendes, que previa o pagamento de subsídio para a produção de borracha diretamente aos seringueiros, a serem repassados através das associações e cooperativas (Ementário da Assembleia Legislativa do Acre, 1999). Segundo cálculos da Secretaria de Floresta e Extrativismo, o subsídio pago pela Lei Chico Mendes permitiria aumentar significativamente o ganho do produtor direto; conseguiria ser autossustentável na medida em que, com o aumento da produção, provocaria o aumento direto de arrecadação de ICMS e, reativando a economia local, permitiria o aumento da arrecadação total de impostos. Carlos Vicente afirma que:

“Para dar um sinal para o povo da floresta de que o Governo não em só discurso, logo no começo do mandato, foi criada a subvenção da borracha, elevando artificialmente seu preço, depois de passar três meses conversando com três mil extrativistas para definir como regulamentar, garantindo que os seringueiros recebessem diretamente o benefício, com o menor preço de transação possível” (entrevista realizada em 12/12/2000).

⁹ Os dados apresentados sobre o ZEE foram obtidos em Acre, 2000, v. 1, v.2 e v.3 e na entrevista com Maria Janete Souza dos Santos, realizada em 07/12/2000.

A insistência em frisar-se a predominância do que chamam de opção pela floresta, isto é, da predominância de pessoas com posições conservacionistas (ver nota 5) no núcleo do Governo é recorrente em quase todas as entrevistas com componentes da equipe governamental. Gilberto Siqueira¹⁰, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação, enfatizando a possibilidade de relação entre meio ambiente conservado e produção de sobrevivência econômica, afirma que:

A alma do Governo é a questão ambiental. A questão ambiental no Acre é muito importante porque é a questão da vida dessa cultura e dessa civilização do Ocidente da Amazônia. Em alguns lugares a árvore representa o oxigênio, o verde, o ambiente externo ao ser humano. Na Amazônia é essa árvore que dá comida aos filhos da população tradicional tem muito mais importância que a terra, como no Sul do país, onde você lavra, trata quimicamente a terra, cria e faz uma economia. Na Amazônia a economia está no próprio ambiente. Quando os seringueiros falavam de reforma agrária, o que eles queriam era o direito de uso de bem coletivo que é a natureza. Esse uso é o uso econômico, numa relação de troca com a sociedade. Este é o ponto da questão ambiental na Acre [...]. O Governo orienta, governa e normatiza toda essa coisa [...] Todas as ações do Governo partem do pressuposto ambiental [...] (entrevista realizada em 20/12/2000).

Uma das principais dificuldades e, também, um dos principais estímulos da pesquisa da qual se origina este artigo é lidar com um objeto que está em movimento, com uma experiência societária que está em plena ebulição, que está se atualizando cotidianamente. A equipe de Governo, por motivos variados, passou por várias modificações, embora o Governo continuasse afirmando a opção pela centralidade do desenvolvimento sustentável e a recuperação do lugar privilegiado atribuído ao extrativismo na economia do Estado. Nas eleições de 2002, a Frente Popular do Acre foi recomposta, sem a presença do PSDB, e tendo Arnóbio Marques de Almeida Júnior - Binho (PT) como candidato a Vice-Governador. Jorge Viana foi reeleito Governador para o mandato de 2003-2006. O formato da aliança eleitoral que o elegeu para o primeiro mandato foi formalmente alterado, em função da acentuada contraposição entre PT e PSDB em nível nacional e de uma modificação na regulamentação eleitoral do país, que proibia coligações estaduais que não seguissem a coligação feita na eleição para Presidente da República. No âmbito federal, os dois partidos lançaram candidatos diferentes: Lula e José Serra, respectivamente.

4 CONCLUSÃO

A despeito dos resultados eleitorais ou dados da conjuntura, porém, em acordo com Philippe Léna (2002, p. 9), pode-se constatar a afirmação na

¹⁰ Gilberto do Carmo Lopes Siqueira, em 2000, era Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação.

Amazônia de uma nova configuração do desenvolvimento regional, caracterizada por

[...] políticas descentralizadas, revalorização da escala focal, pulverização de projetos e financiamentos, cooperação internacional, interconexão de escalas (do focal ao global), multiplicação dos atores do desenvolvimento (ONGs, igrejas, financiadores) [...], circuitos complexos de financiamento.

Contrapondo-a aos modelos de desenvolvimentos dominantes anteriormente, Lená denomina essa nova configuração de modelo de desenvolvimento “pós-moderno”¹¹ ou socioambiental, que, sendo produto da aliança entre os movimentos ecologista e social, tem como objetivo

[...] frear ou parar os desmatamentos, aproveitando as áreas já desmatadas, promover o manejo florestal em benefício das populações locais, desenvolver os usos múltiplos dos recursos florestais pelas populações ‘tradicionais’ que ainda exercem a posse dos seus territórios (e encontrar mercado para esses produtos), desencorajar a adoção da criação de gado pelos agricultores, substituindo essa atividade por sistemas agroflorestais (SAFs) (LENÁ, 2002, p. 10).

As dificuldades de consolidar as alternativas de desenvolvimento para o Acre e para a Amazônia continuam grandes. A possibilidade de viabilização, a longo prazo, continua incerta, pois dependerá do acúmulo de força dos setores sociais que a defendem. Para os envolvidos no processo, a frase de Roger Garaudy poderia até ser adotada como lema: “O futuro, nós não o descobrimos como Cristóvão Colombo descobriu a América. Não nos cabe descobri-lo, mas inventá-lo” (GARAUDY, 1975, p. 135).

SOCIALENVIRONMENTALISM AND DEVELOPMENT IN THE AMAZONIAN: the Acre’s case

ABSTRACT

The work recovers the path of the environmental proposals implemented by the government from Acre, in the initiate mandates in 1999 and in 2003, the well the, the path of the actor’s group that participated in your viability electoral and/or sustain your effectuation, with prominence goes the movements syndical, popular and environmental, It examines the existent relationship between the state Government’s politics social environmental and the

¹¹ Somente no sentido da crítica ao papel do Estado, enquanto, representante de uma razão instrumental de caráter superior, as concepções unívocas do bem e do progresso e às concepções ingênuas da ciência e tecnologia (Cf. LENA, 2002, p. 06)

organization history and its struggles popular in Acre and between these politics and projects of regional development that contribute that there is an inversion of the development models implanted in Acre and in the Amazonian. It assumed the theoretical reference, the academic debates about modernity, trying to understand the relationship of the local reality with dilemmas and challenges of the modern world.

Key words: Acre. Modernity. Modernization offensives.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Rubber Tappers of the Upper Juruá River, Brazil; The Making of a Forest Peasant Economy. University of Cambridge, 1992. Dissertation to the Ph.D. degree.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de e CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro, [et.al.] (org.) Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001, p.92-107.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e ambivalência. Trad. Marcus PENCHEL. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. Modernidade e holocausto. Trad. Marcus PENCHEL. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENDIX, Reinhard. Construção Nacional e Cidadania. Trad. Mary Amazonas Leite de BARROS. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. Trad. C. F. MOISÉS e A. M. IORIATTI. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz (português de Portugal). 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. Amazônia: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição imaginária da sociedade. 2 ed. Trad. G. REYNAUD. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CUNHA, Euclides da. À margem da História. Lisboa: Livraria Lello & Irmão, 1946.

_____. Um paraíso perdido; ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a amazônia. 2a ed. Org. Leandro

TOCANTINS. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

DOMINGUES, José Maurício. Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999a.

_____. "A sociologia da modernidade". In: Revista Brasileira de Ciência Sociais. n° 32, out. 1996. pp. 179-181.

_____. "Globalização, sociologia e cultura". In: Contexto Internacional. vol. 15, no 2 jul/dez 1993. pp. 279-294.

_____. Sociologia e modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999b.

DUARTE, Élio Garcia. Conflitos pela terra no Acre: a resistência dos seringueiros de Xapuri. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987.

EISENSTADT, Shmuel. N. "Introduction". In: EISENSTADT, Shmuel. N. (org.) Patterns of Modernity. Londres: Frances Pinter, 1987. Vol. II - Beyond the West.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. Do "manso" ao guardião da floresta Estudo do processo de transformação social do sistema seringal, a partir do caso da Reserva Extrativista Chico Mendes. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999. Tese de Doutorado.

FERNANDES, Marcos Inácio. O PT no Acre: A construção de uma terceira via. Natal: UFRN, 1999. Dissertação de Mestrado.

FRANCO, Mariana Pantoja. Reserva Extrativista do Alto Juruá (Acre). In: RAMOS, Adriana e CAPOBIANCO, João Paulo (Org). Unidades de Conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação. São Paulo: ISA, 1996. pp. 50-7.

_____. Seringueiros e cooperativismo: o fetichismo da "mercadorias" nos seringais do Alto Juruá. In: MEDEIROS, L. et. ai. (Org) Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994. pp 187-203.

GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. Trad. Álvaro CABRAL. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. As consequências da modernidade. Trad. Raul FIKER. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

_____. Entrevista In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 29 1-305.

_____. Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical. Trad. Álvaro HATTNER. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

ISA - Instituto Socioambiental. Amazônia brasileira 2000. São Paulo: ISA, 1999 (Representação cartográfica).

LÉNA, Philippe. As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. In: Boletim Rede Amazônia. Ano 1, nº1. Rio de Janeiro, 2002. pp. 09-21.

PAULA, Elder Andrade. Seringueiros e Sindicatos: um povo da floresta em busca da liberdade. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1991. Dissertação de Mestrado.

PINTON, Florence & AUBERTIN, Catherine. O extrativismo entre conservação e desenvolvimento. In: CASTRO, Edna e PINTON, Florence. Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup: UFPANAEA, 1997.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. Florestania: a saga acreana e o Governo da Floresta. Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/ UFRJ, 2002. Tese de Doutorado.

SILVA, José Porfiro. Preservação e sutileza: a política de desenvolvimento do Governo do Acre (1984/1990). Rio de Janeiro: CPDA/URRJ, 1998. Dissertação de Mestrado.

TOCANTINS, Leandro. Formação histórica do Acre. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979. vol. 1 e II.

VIANA, Jorge e ALVES, Antonio. A República do Acre. In: Teoria e Debate. no 15, jul/set 1991. pp 02-7.

WAGNER, Peter. A sociology of modernity: liberty and discipline. Londres: Routledge, 1994.

WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.